

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: Em defesa de uma práxis emancipatória de formação de professores da Educação do Campo

Diana Costa Diniz¹

RESUMO

Este artigo analisa parte dos dados de uma pesquisa de doutoramento sobre a formação de professores no Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMA. Optou-se aqui por abordar a formação de professores no contexto da política de Educação do Campo. A pesquisa de carácter qualitativo adotou como aporte metodológico o materialismo histórico-dialético. Destacam-se as contribuições de Caldart (2005, 2004 e 2010), Molina (2015 e 2017), Freitas (2015), Gramsci (1991), Mézaros (2005) dentre outros. Cabe destacar a concepção de formação do Movimento da Educação do Campo busca romper com uma concepção positivista e empirista de conhecimento, que concebe a realidade social como natural, eterna e não revela as contradições sociais.

Palavras-chave: Formação de professores; Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Política de Educação do Campo.

ABSTRACT

This article analyzes part of the data from a doctoral research on teacher training in the Bachelor's Degree in Rural Education at UFMA. It was decided here to approach teacher training in the context of the Rural Education policy. The qualitative research adopted historical-dialectical materialism as a methodological contribution. The contributions of Caldart (2005, 2004 and 2010), Molina (2015 and 2017), Freitas (2015), Gramsci (1991), Mézaros (2005) among others stand out. It is worth noting that the Rural Education Movement's conception of formation seeks to break with a positivist and empiricist conception of knowledge, which conceives social reality as natural, eternal and does not reveal social contradictions.

Keywords: Teacher education; Bachelor's Degree in Rural Education. Rural Education Policy.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo abordamos a formação de professores no contexto da política de Educação do Campo para atuação na Educação Básica, nos anos finais do Ensino

¹ Universidade Federal do Maranhão; Doutorado; dcostadiniz@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO





Fundamental e Médio, no contexto da expansão dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições de ensino superior.

Sua construção resulta de pesquisa bibliográfica e documental que analisou legislações que expressam as ações do estado na política. Assim sendo, o texto encontra-se organizado em três seções: a primeira traz uma abordagem sobre a formação de professores para atuação nas escolas de educação básica do campo; na segunda contextualiza a criação da Licenciatura em Educação do Campo; por último, apresentamos a expansão e institucionalização desta formação como responsável pela oferta da educação pública enquanto direito universal da população camponesa.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este capítulo abordará o processo histórico de constituição do Movimento da Educação do Campo, identificando as concepções científica, epistemológica que dão sustentação à formação de professores da Educação do Campo na área de ciências da natureza e matemática.

O conceito de Educação do Campo é relativamente novo, mas marcado por contradições sociais muito fortes. Nasceu do embate pela necessidade de mudar a visão do que até então se tinha de campo, da luta por direitos coletivos, luta não por qualquer política pública, pois envolve sujeitos reais, “nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colocasse à sua realidade.” (CALDART, 2005, p. 5).

A Teoria do Estado Ampliado, do filósofo italiano Antônio Gramsci (1991, 2016), levamos a compreender e ancorar nossas análises em torno da política pública de formação de professores, em disputa no Estado brasileiro, sobretudo do Programa de Apoio à Formação em Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), que surge na correlação de forças dos Movimentos Sociais com o Estado, por dentro das universidades públicas, como afirma o autor: “O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados.” (GRASMCI, 2000, p. 335).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

É nesse ambiente de contradições que os movimentos sociais e sindicais vêm se movendo na luta e na proposição de mudanças estruturais no campo e por um projeto de educação que prepare pessoas capazes de lutar por uma sociedade melhor e militantes de causas coletivas. Dessa forma, a Educação do Campo nasceu com as lutas coletivas dos povos que vivem no e do campo. A Licenciatura em Educação do Campo foi criada como parte da luta em defesa da escola pública do campo e fortalecimento político, organizativo e pedagógico nos territórios camponeses.

Nos anos 1990, os movimentos sociais do campo mostraram ao governo e à sociedade que a educação do campo nunca foi prioridade do Estado brasileiro. Essa mobilização e organização de movimentos sociais com identidades diversas, representativos de ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, extrativistas, trabalhadores rurais assalariados, indígenas que lutam por uma educação *do* e *no* campo, desencadeou uma campanha para a concretização de uma concepção de Educação do Campo, em contraposição ao conceito de educação rural vigente na história da educação brasileira.

O primeiro passo para o estabelecimento de um diálogo entre movimentos sociais do campo e o Estado foi a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, realizado em julho de 1997, em Brasília, com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse Encontro conduziu à organização, em 28 de julho de 1998, da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Unicef, Unesco, CNBB e UnB.

A I Conferência Nacional por uma Educação do Campo explicita no seu texto o sentido da mudança do conceito, ao destacar que:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais o usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A realização do I ENERA possibilitou a organização do Movimento da Educação do Campo, constituído por movimentos sociais e universidades que passaram a defender o direito à educação em todos os níveis e modalidades. Essa pressão sobre o Estado o levou a tomar medidas políticas educacionais mais efetivas, as quais culminaram na aprovação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A Educação do Campo, como aponta Caldart, já tem dentro de seu ideário questões e posições bem definidas, que são:

- a) A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses.
- b) A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas, a luta pelos direitos das mulheres camponesas, a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo. Com a luta das crianças pelo seu direito a infância.
- c) A Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominantemente de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural.
- d) A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina no nosso país. Se afirma no combate aos 'pacotes' (tanto agrícolas como educacionais) e na tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação de modelos que as ignoram ou escravizam também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado (CALDART, 2004 p. 23).

Os movimentos sociais, como destacamos no percurso da pesquisa até aqui, sempre lutaram para que o campo ganhasse uma educação que fosse *do* e *no* campo, defendendo o direito à escolarização da população camponesa com atenção e respeito à especificidade da escola e da Educação do Campo. Essa especificidade é contemplada com a aprovação da Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Tais diretrizes destacam, em seu Art. 2º, Parágrafo Único, que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A aprovação das Diretrizes, em 2002, significou um avanço ao incorporar a ideia de uma educação básica do campo, possibilitando o reconhecimento tanto em nível legal como nas relações sociais, da diversidade sociocultural, do direito à igualdade e à diferença do homem e mulher do campo.

Outro marco importante em 2001 foi o sancionamento da Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2001 a 2010 e deveria se constituir como uma política pública de Estado para o país. As metas estabelecidas nesse plano estavam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jontiem, em 1990 (BRASIL, 2001). Existiam duas propostas (governo e sociedade civil) que caracterizam dois projetos antagônicos de escola, com distintas políticas educacionais.

O PNE aprovado incorporou algumas metas e objetivos da sociedade civil, embora com uma redação ambígua, sem um detalhamento da execução e responsabilização. O documento contemplou os seguintes eixos: “a) a educação como direito individual; b) a educação como fator de desenvolvimento econômico e social; c) a educação como meio de combate à pobreza.” (AGUIAR, 2010, p. 710).

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003, houve a adoção de uma gestão desenvolvimentista por meio da conciliação dos interesses das classes dominantes. Por outro lado, vimos também a realização de políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação das populações indígena, afrodescendente, camponesa e quilombola, amenizando os efeitos da não efetivação de mudanças estruturais quanto aos impactos da política econômica.

Desse modo, a partir de 2003 as reflexões sobre o campo brasileiro foram retomadas em novas bases governamentais, além de iniciativas institucionais para a criação de uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada. Por exemplo, em 2003, o Ministério da Educação instituiu, através da Portaria nº 1.374, de 03 de junho de 2003, um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) para refletir sobre a educação do campo, criando, assim, um espaço institucional de diálogo entre representantes dos movimentos sociais do campo e atores das três esferas de governo.

No período de 2 a 6 de agosto de 2004, foi realizada a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo na cidade de Luziânia (GO), organizada pelo MST, CNBB, Unicef,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Incra/Ministério da Educação (MEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras organizações da sociedade civil. Entre outras bandeiras de luta no texto-base, reforça-se a necessidade de construir uma política de formação de professores através da criação de cursos de nível superior para atuação nas escolas de educação básica do campo. Na oportunidade, foi instituído o GPT, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) com a participação dos movimentos sociais, poder público e universidade, para organização de uma proposta de formação de educadores e educadoras em atendimento às demandas dos sujeitos sociais do campo.

2.1 Formação de Professores da Educação do Campo: Contexto e criação da Licenciatura em Educação do Campo

Através da Coordenação-Geral de Educação do Campo em articulação com o GPT, podemos destacar algumas ações da SECADI para promover a construção de uma política nacional de Educação do Campo. Nesse contexto, o primeiro passo para a construção das bases para essas políticas foi dado com a publicação do caderno *Referências*, para uma Política Nacional de Educação do Campo, sobre a realidade da educação no meio rural brasileiro, em 2003. O diagnóstico apresentado serviu de subsídio para a realização de vinte e cinco Seminários Estaduais de Educação do Campo, visando à mobilização estadual e municipal, com o objetivo de implementar ações conjuntas entre o setor público, os movimentos sociais e organizações não-governamentais em torno da elaboração coparticipativa de políticas públicas de Educação do Campo. Assim, os eventos realizados constituíram um espaço para provocar a criação dos Comitês Estaduais de Educação do Campo, com o papel de discutir, propor e implementar políticas específicas dessa área nos estados e atuar em parceria com o MEC para disseminá-las junto aos municípios.

Além disso, em 2004, houve a realização da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, momento em que foram definidos e ampliados novos espaços de luta e a sinalização da defesa e construção de um projeto histórico de educação que fosse conduzido pelos próprios sujeitos que vivem e trabalham no campo. Esse movimento aponta diretamente para a necessidade da criação de políticas de formação de professores para as escolas do campo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A proposição apresentada em 2005 pelos membros do GPT foi de criação de uma Licenciatura em Educação do Campo, considerando os seguintes fatores:

[...] um curso que respondesse às necessidades de fortalecimento e ampliação da oferta da Educação Básica no campo. [...] Ao final concluiu-se que a formação por área de conhecimento poderia ser um caminho para garantir o funcionamento de salas de segundo segmento do ensino fundamental e médio no campo, constituindo assim uma alternativa em um cenário em que a nucleação e o transporte dos alunos para escolas distantes de suas residências têm sido as únicas possibilidades para a escolarização da população do campo. (ANTUNES-ROCHA, 2012, p. 41).

Com essa intencionalidade, foi aprovado pelo MEC, em 2006, o PROCAMPO, que implantou um projeto piloto em quatro Universidades convidadas pelo MEC a partir de indicações dos movimentos sociais: Universidade Federal de Brasília - UNB, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal de Sergipe - UFS e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (ANTUNES-ROCHA, 2012; CALDART, 2010; MOLINA; SÁ, 2010; MOLINA, 2015, 2017).

A partir das experiências-piloto e a expressiva demanda de formação de professores dos territórios rurais e com a pressão dos movimentos sociais, o MEC divulgou editais em 2008 e 2009, realizando chamada pública para a seleção de projetos para que outras instituições oferecessem a Licenciatura em Educação do Campo na modalidade de projeto especial.

Trata-se de desenvolver a formação de professores considerando uma concepção de ser humano, educação e sociedade alinhada aos princípios da classe trabalhadora através de uma matriz que habilita: por área de conhecimento; gestão dos processos educativos escolares para a elaboração do PPP e Organização do Trabalho Pedagógico (OTP); gestão dos processos educativos comunitários. Nessa perspectiva, a proposta formativa requer assumir uma concepção ampliada de formação humana comprometida com a Educação em sentido pleno, garantindo a compreensão das manifestações fenomênicas da realidade para além da aparência, buscando a essência dos fenômenos, tal como Freitas (2015, p. 14) defende:

Que possa dar conta, de forma relacional e equilibrada, das diferentes dimensões da formação do ser humano, sejam cognitivas, afetivas, organizativas, de educação política, de desenvolvimento corporal e estético, de preparação para atividades criativas, e para uso articulado do pensamento e das mãos. Trata-se de uma proposta formativa caracterizada

PROMOÇÃO



APOIO



por Frigotto (2012) como educação omnilateral, ou seja, uma educação que contempla todos os lados e dimensões, tanto da vida humana quanto das condições objetivas e subjetivas da realidade.

Nesse sentido, a organização curricular por área de conhecimento, que tenha como referência principal a formação omnilateral, implica repensar a forma de trabalho pedagógico com o conhecimento por meio da integração entre o conjunto dos componentes curriculares que integram a área. Trata-se de construir um percurso formativo que impulse os estudos, o trabalho científico, articulação teoria e prática (perspectiva da práxis) que, segundo Vázquez (2007), concebe o ato de conhecer (atividade teórica) e a ação de transformar (prática) em um processo dinâmico, dialético e de interferência mútua.

A práxis se apresenta como uma atividade material transformadora e adequada a fins. Fora dela fica a atividade teórica que não se materializa. [...] por outro lado não há práxis como atividade puramente material, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. (VAZQUEZ, 2007, p. 239).

Além disso, os objetivos formativos da Educação do Campo reconhecem o trabalho como princípio educativo, categoria que se faz presente na proposta da escola do trabalho de Marx, Lenin, Gramsci, Pistrak, Makarenko, entre outros. Por esse prisma, a formação de professores na perspectiva socialista toma como base os pressupostos de Marx, enfatizados principalmente nas obras *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) e *O Capital* (1867). A partir dessas obras, realizou-se a crítica da educação burguesa, deixando explícita a impossibilidade da educação omnilateral na sociedade de classes, justamente porque, a divisão social do trabalho, na sociedade capitalista, caracteriza a educação como parcial, unilateral e fragmentada. Em síntese, Marx propõe que a educação que interessa aos trabalhadores deveria primar por:

1. Educação intelectual;
2. Educação corporal, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militar;
3. Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos da indústria [...].

Esta combinação do trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica, elevará a classe operária muito acima do nível das classes burguesa e aristocrática. (MARX, 2004, p. 69).

PROMOÇÃO



APOIO

Para o autor, a relação entre ciência, cultura e educação, na sociedade de classes, se apresenta dissociada, logo, a relação entre trabalho e educação, e entre projeto educativo e processos produtivos, está atravessada por contradições. Em contraposição, a formação de professores exige uma educação politécnica, por meio de processos formativos que integrem ciência e técnica, que estão ao mesmo tempo entranhados nas atividades produtivas e delas desprendidas. Desse modo, a condição fundamental é a superação da cisão entre a ciência (como trabalho intelectual) e o trabalho manual, mas também o fosso entre cidade e campo.

Nas seções secundárias, títulos em negrito, apenas com a inicial maiúscula e as demais letras em minúsculo, exceto quando se tratar de nomes próprios.

3. EXPANSÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A continuidade dessa política formativa foi realizada através do Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído em 2013, Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 (BRASIL/MEC, 2013)², com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo. No que diz respeito à formação de professores, a Portaria nº 86 incorporou o PROCAMPO em seu “Eixo III: Formação de Professores” (este eixo trata da formação inicial e continuada de professores das escolas do campo), a demanda dos movimentos sociais foi atendida com a publicação do MEC através do Edital nº 02, de 31 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012)³, vinculado à SESu/Setec/Secadi/MEC, para institucionalização definitiva dos cursos.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação disponibilizou 600 vagas de concurso público de docentes da educação superior e 126 vagas de técnicos nos quarenta e dois projetos aprovados. Para cada IES com projeto aprovado foram pactuados quinze códigos de vagas para docentes e três técnicos administrativos. No quadro a seguir, é possível identificar a expansão dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições de educação superior onde o curso tem sido ofertado no Brasil.

² Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_86_01022013.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

³ Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_%2002_31082012.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

Quadro 1 – Cursos ofertados nas Universidades e Institutos por região

REGIÃO NORDESTE				
Estados	IES	Cidade	Curso	Edital/Ano
Bahia	UFRB	Amargosa	Licenciatura em Educação do Campo - Área do Conhecimento Ciências Agrárias	2012
		Feira de Santana	Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação nas áreas de Ciências da Natureza ou Matemática	
Maranhão	IFMA ⁴	São Luís	Licenciatura em Educação do Campo (Habilitação em Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Matemática)	2009 e 2012
	UFMA	Bacabal	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Matemática Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias	2008, 2009 e 2012
Piauí	UFPI	Bom Jesus	Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais	2012
		Floriano	Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza	
		Picos	Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza	
		Teresina	Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza	
Rio Grande do Norte	UFERSA	Mossoró	Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais	2012
REGIÃO NORTE				
Amapá	UNIFAP	Mazagão	Curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias	2008, 2009 ⁵ , 2012
Pará	UFPA	Altamira	Licenciatura em Educação do Campo Linguagens e Códigos ou Ciências da Natureza	2009 e 2012
		Cametá	Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza	2009 e 2012
		Abaetetuba	Licenciatura em Educação do Campo Ciências Naturais, Linguagem e Códigos e suas Tecnologias ou Matemática	2012
	UNIFESPA ⁶	Marabá	Licenciatura em Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais, Ciências	2012

⁴ Participou do edital 2012, mas ainda não foi possível institucionalizar o curso na IES.

⁵ Em atendimento às chamadas públicas dos editais 2008 e 2009, ofertou Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Naturais.

⁶ Criada em 2009 na Universidade Federal do Pará – Campus Marabá, foi institucionalizada via Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal do Pará. Com a participação no edital 2012 e a respectiva aprovação do projeto

PROMOÇÃO



APOIO

			Agrárias e da Natureza; Linguagens e Letras e Matemática	
Tocantins	UFT	Arraias	Licenciatura em Educação do Campo – Artes e Música	2012
		Tocantinópolis	Licenciatura em Educação do Campo – Artes e Música	
Roraima	UFRR	Paricarana	Licenciatura em Educação concentração em Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática	2009 e 2012
Rondônia	UNIR	Rolim de Moura	Licenciatura em Educação do Campo em Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais	2012
REGIÃO SUDESTE				
Espírito Santo	UFES	São Matheus	Licenciatura em Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais ou em Ciências da Natureza	2012
		Vitória	Licenciatura em Educação do Campo Linguagens ou em Ciências Humanas e Sociais	
Minas Gerais	UFV	Viçosa	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
	UFMT	Uberaba	Licenciatura em Educação concentração em Ciências da Natureza ou Matemática	2012
	UFVJM	Diamantina	Licenciatura em Educação do Campo Linguagens e Códigos ou Ciências da Natureza	2012
Rio de Janeiro	UFF	Santo Antônio de Pádua	Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais	2012
	UFRRJ	Seropédica	Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais	2009
REGIÃO SUL				
Paraná	UFPR	Matinhos (Litoral Sul)	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
	UTFPR	Dois Vizinhos	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Matemática ou Ciências Agrárias	2012
RS	IF Farroupilha	Jaguari	Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias ou Ciências da Natureza	2012
	UNIPAMPA	Dom Pedrito	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
	FURG	São Lourenço do Sul	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Ciências Agrárias	2012

pedagógico, passou a ofertar turmas regulares e foi transformada em Universidade Federal Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA), a partir de 2013.

PROMOÇÃO



APOIO

	UFRGS	Litoral Norte	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
		Porto Alegre	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
Santa Catarina	UFFS	Erechim	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
		Laranjeiras do Sul	Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias ⁷	2012
			Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas	2012
	UFSC	Florianópolis	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Matemática	2008, 2009 e 2012
REGIÃO CENTRO OESTE				
DF	UNB	Planaltina	Licenciatura em Educação do Campo Artes, Literatura e Linguagens ou Ciências da Natureza ou Matemática	2007, 2009 e 2012
GO	UFG	Catalão	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
		Goiás	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza	2012
MS	UFGD	Dourado	Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Ciências Humanas	2012
	UFMS	Campo Grande	Licenciatura em Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais ou Linguagens e Códigos ou Matemática	2012

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Molina (2015); Base de Dados do e-MEC, 2020; MEC/Secadi.⁸

O panorama elucidado no Quadro 1 aponta que as Licenciaturas em Educação do Campo estão presentes nas cinco regiões brasileiras, quais sejam: Nordeste (03), Norte (03), Centro-Oeste (05), Sudeste (03) e Sul (08), com a maior concentração de oferta nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências da Natureza e Matemática (04), Ciências da Natureza ou Matemática (22). De modo geral, a formação em Ciências da Natureza é ofertada por maior número de instituições e apenas seis ofertam a Matemática como área de formação.

4 CONCLUSÃO

⁷ Curso extinto através da Resolução nº 13, Consuni/UFFS/2018, que cria o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, no Campus Laranjeiras do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

⁸ Disponível em: www.mec.gov.br.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O documento que orientou a implantação das LEdoCs justificou a necessidade de formar professores para as escolas de educação básica do campo, articulando o ensino disciplinar com os saberes por área do conhecimento para o exercício da docência. Isso significa materializar, na universidade, a formação reflexivo-crítica da realidade social contraditória, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social

para uma escola que ainda não existe, no duplo sentido, de que ainda precisa ser conquistada e ampliada quantitativamente no campo, e de que se trata de construir uma nova referência de escola para as famílias e comunidades que organizam sua vida em torno dos processos de trabalho/produção camponesa. (CALDART, 2010, p. 134).

Depreende-se, então, que a formação em Licenciatura em Educação do Campo como proposta de formação de Professores da educação básica do campo está fundamentada em uma forma de escola e de ensino emancipatória que se constitui a partir da tríade campo, política pública e educação, ou seja, uma educação para além do capital apoiada em uma formação qualificada dos profissionais da educação, comprometida com o futuro do nosso povo, crianças, jovens e adultos. Em outras palavras, para que ocorra a construção de um sistema educacional significativamente diferente, é preciso considerar “[...] a totalidade das práticas político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora.” (MESZÁROS, 2005, p. 57).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

ANTUNES-ROCHA, M. I. *et al.* **Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1/2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2002.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. **Caderno de subsídios**. Brasília, DF: MEC, 2003.

_____. **Edital de seleção nº 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC**. Brasília, 2012.

_____. **Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Brasília, 2013.

CALDART, R, S. Elementos para construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. *In*: Molina, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (org.).

Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. n. 5. (Coleção Por uma Educação do Campo).

_____. Sobre a Educação do Campo. *In*: SANTOS, C. A. (org.). **Por uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília, DF: INCRA: MDA, 2005.

_____. Licenciatura em educação do campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? *In*: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (org.). **Licenciaturas em educação do campo**: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 95-121, n. 5 (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

FREITAS, L. C. de. Apresentação. *In*: SAPELLI, M. L. S.; _____.; CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para a transformação da escola**: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo - ensaio sobre Complexos de Estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 13-18.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. *In*: **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 2.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. *In*: **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

KOLLING, E. J.; MOLINA, M. C. (orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo**: memória. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. n. 1. (Coleção por uma Educação Básica do Campo)

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. **Contribuições do Pronera à Educação do Campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: campo – política pública – educação**. *In*: SANTOS, C. *et al.* **Memória e história do Pronera**. Brasília: MDA/Incrá, 2010.

MOLINA, M. C. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENFRENTAMENTO DAS TENDÊNCIAS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

_____. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de formação de Educadores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 140, p.587-609, jul./set. 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução: Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO

